

22.05.1988

P. 4

Política

Parlamentares candidatos esvaziarão o Congresso

Marco Antonio Maurício

Arquivo 14/5/85

A evasão de 154 constituintes "prefeituráveis" (32% da Câmara dos Deputados), após a promulgação da Constituição, poderá retardar e até inviabilizar a elaboração da legislação ordinária e complementar à nova Carta ainda este ano. A previsão é do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral e do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, que consideram quase impossível aprovar qualquer lei no segundo semestre. O presidente Ulysses Guimarães inclusive já pensa em saídas, como a convocação de suplentes ou a antecipação do recesso congressional nas proximidades do pleito municipal para evitar a provável falta de quórum.

Mas segurar em Brasília este contingente de prefeituráveis não será tarefa das mais fáceis para o Dr. Ulysses, principalmente porque o pleito municipal está praticamente garantido e vários parlamentares já estão com suas campanhas nas ruas. Para o líder do PDS, deputado Amaral Netto, a promulgação da nova Constituição não deve ultrapassar o mês de julho. Caso contrário, a Nação corre o risco de ter um texto constitucional pela metade.

Recesso

Mais realista o senador Fernando Henrique apela para que os três meses que antecedem as eleições sejam transformados em recesso constituinte, transferindo-se para a próxima legislatura (fevereiro/89) o início da elaboração da legislação complementar. "Afirmo que não há qualquer possibilidade para que até 15 de novembro próximo se ultime, termine, qualquer legislação que se inicie logo após a promulgação da Constituição", ressaltou Fernando Henrique, reconhecendo que o processo será



Fernando Henrique teme pela falta de quórum no Congresso

retardado, mas não inviabilizado, já que os constituintes têm prazo até o último ano da legislatura (março/91) para concluir as leis ordinárias e complementares.

Para o ex-vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco o processo constitucional não pode sofrer uma paralisação, pois inúmeros dispositivos aprovados poderão perder sua aplicabilidade sem a legislação complementar. Ele é favorável a que Dr. Ulysses apele para que os prefeituráveis se licenciem, haja visto que o regimento desobriga o parlamentar que postula outro cargo eletivo a licenciar-se, prevendo a licença apenas na hipótese de assumir o cargo a que foi eleito. "Sem uma atitude enérgica do presidente, fatalmente não teremos quórum

para aprovar nada de lei ordinária ou complementar", frisou.

Pelo regimento interno e agora preceito constitucional, a legislação ordinária pode ser aprovada por maioria simples da Câmara (metade dos presentes mais um), ao passo que a legislação complementar exige o quórum qualificado de maioria absoluta (244 votos). Segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), enquanto a legislação complementar não estiver concluída, no caso do preceito constitucional colidir com a nova Constituição, e ter poder de lei complementar, prevalecerá as disposições na lei anterior. Para evitar o surgimento de dificuldades na interpretação jurídica da lei, Jobim também alerta para que Ulysses providencie o preenchimento das vagas dos "prefeituráveis".

Virar prefeito é o sonho de muitos

Contrariando as expectativas, a cidade de Belo Horizonte (MG) superou a cidade de São Paulo (SP) na preferência dos prefeituráveis. Até o momento, doze parlamentares estão dispostos a trocar os gabinetes de Brasília pela cadeira de prefeito de BH, entre eles seis do PMDB: Aécio Neves (neto de Tancredo Neves), Aloísio Vasconcelos, Alvaro Antônio (preferido do governador Newton Cardoso), Gil César, Hélio Costa e Roberto Vital. Por fora, correm Virgílio Guimarães (PT), Maurício Campos (PFL), Elias Murad (PTB), Bonifácio Andrada (PDS), Pimenta da Veiga e Ziza Vala-

Arquivo 19/7/85



João Hermann (PMDB), Piracicaba; Joaquim Bevilacqua (PTB), São José dos Campos; Koyu Iha (PMDB), São Vicente; Manoel Moreira (PMDB), Campinas; Mendes Botelho (PTB), Santo André; Theodoro Mendes (PMDB), Sorocaba; e Tito Costa (PMDB), São Bernardo.

Rio de Janeiro

Na capital carioca a sucessão promete esquentar com as prováveis candidaturas dos peemedebistas Arthur da Távola, Jorge Leite, Márcio Braga (presidente do Flamengo) e Paulo Ramos (dissidente), além de Alvaro Velloso (PT)